

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE
VEÍCULOS OPERACIONAIS DA TIPOLOGIA «PICK-UP» E SERVIÇOS
ASSOCIADOS PARA A EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

[2025_044CP]

CADERNO DE ENCARGOS

RETIFICADO

JUNHO DE 2025

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
CLÁUSULA 1.ª Identificação e Objeto do Concurso	4
CLÁUSULA 2.ª Contrato	4
CLÁUSULA 3.ª Preço Base e Preços Base Unitários	5
CLÁUSULA 4.ª Prazo Contratual	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
Secção I Obrigações do Cocontratante	5
CLÁUSULA 5.ª Obrigações do (s) Cocontratante (s)	6
CLÁUSULA 6.ª Encargos com Direitos de Propriedade	6
CLÁUSULA 7.ª Patentes, Licenças e Marcas Registadas.....	6
CLÁUSULA 8.ª Dever de Sigilo	7
CLÁUSULA 9.ª Tratamento de Dados Pessoais.....	7
Secção II Obrigações das Contraentes Públicas	9
CLÁUSULA 10.ª Obrigações da AdP SGPS.....	9
CLÁUSULA 11.ª Obrigações das Contraentes Públicas.....	9
CAPÍTULO III TERMOS CONTRATUAIS	10
CLÁUSULA 12.ª Bens e Serviços a Contratar	10
CLÁUSULA 13.ª Quilometragem.....	11
CLÁUSULA 14.ª Requisitos Técnicos e Funcionais Mínimos Exigidos por Lote.....	11
CLÁUSULA 15.ª Uso de Logótipos e Instalação de Equipamentode Telemática.....	11
CLÁUSULA 16.ª Auditorias às Viaturas Fornecidas e Serviços Associados	11
CLÁUSULA 17.ª Entrega das Viaturas	12
CLÁUSULA 18.ª Serviços Associados.....	13
CLÁUSULA 19.ª Requisitos Obrigatórios da Prestação do Serviços	15
CLÁUSULA 20.ª Veículo de Substituição	19
CLÁUSULA 21.ª Seguro Automóvel	20
CLÁUSULA 22.ª Níveis de Serviço.....	21
CLÁUSULA 23.ª Reporte e Monitorização	23
CAPÍTULO IV FATURAÇÃO E PAGAMENTO.....	24
CLÁUSULA 24.ª Preço Contratual e Condições de Pagamento.....	24

CLÁUSULA 25. ^a Faturação	25
CLÁUSULA 26. ^a Atrasos no Pagamento	26
CAPÍTULO V VICISSITUDES CONTRATUAIS	26
CLÁUSULA 27. ^a Sanções Contratuais	26
CLÁUSULA 28. ^a Força Maior	28
CLÁUSULA 29. ^a Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	29
CLÁUSULA 30. ^a Resolução por Parte do(s) Cocontratante(s).....	30
CLÁUSULA 31. ^a Resolução por Parte da Contraente Pública	30
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS	30
CLÁUSULA 32. ^a Liberação de Caução	30
CLÁUSULA 33. ^a Deveres de informação.....	31
CLÁUSULA 34. ^a Acompanhamento e Fiscalização de Modo de Execução do Contrato.....	31
CLÁUSULA 35. ^a Comunicações.....	32
CLÁUSULA 36. ^a Foro Competente	32
CLÁUSULA 37. ^a Regime Aplicável.....	32
CLÁUSULA 38. ^a Contagem dos Prazos	32
ÍNDICE DE ANEXOS.....	34
ANEXO I.....	35
ANEXO II	36
ANEXO III	37
ANEXO IV.....	38
ANEXO V	39
ANEXO VI.....	40
ANEXO VII.....	41

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Identificação e Objeto do Concurso

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no (s) contrato (s) de locação em regime de aluguer operacional de viaturas e respetivos serviços associados, a celebrar entre o(s) Cocontratante(s) e as empresas do Grupo Águas de Portugal que integram o agrupamento de Contraentes Públicas, identificadas no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
2. O objeto do concurso está dividido em 7 (sete) lotes, num total de 63 (sessenta e três) veículos, que se encontram definidos no **ANEXO II** e no **ANEXO III** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante, e nos quais se encontram discriminadas as opções contratuais em matéria da quilometragem a contratar e respetivas quantidades por Contraente Pública.

CLÁUSULA 2.ª

Contrato

1. O(s) contrato(s), celebrado(s) por escrito entre o(s) Cocontratante(s) e o agrupamento de Contraentes Públicas, representado pela **AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, doravante designada por **AdP SGPS**, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou pelo órgão a quem tenha sido delegada essa competência, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) As propostas adjudicadas;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelos Cocontratantes sobre as propostas adjudicadas.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

4. Os ajustamentos propostos pelas Contraentes Públicas nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.

CLÁUSULA 3.ª

Preço Base e Preços Base Unitários

1. Para efeitos do artigo 47.º do CCP, o preço base global, definido por lote, encontra-se discriminado no **ANEXO IV** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
2. Por sua vez, à determinação dos preços-base indicados no ponto anterior, para cada lote, está subjacente a fixação dos preços-base unitários abaixo indicados, discriminados cada uma das combinações de quilometragem contratada que virão a incorporar os respetivos atributos das propostas, expressos numa base mensal, aos quais acresce o IVA, se devido, à taxa legal em vigor.
3. O preço-base unitário a creditar por cada quilómetro percorrido e não contratado, bem como o valor mínimo a creditar por cada quilómetro contratado e não percorrido, aos quais acresce o IVA, se devido, à taxa legal em vigor, encontram-se fixados no ANEXO IV ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
4. Para efeitos do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, encontra-se definido o preço anormalmente baixo para cada um dos lotes no **ANEXO IV** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA 4.ª

Prazo Contratual

1. O contrato a celebrar é válido até ao termo do último contrato individual de aluguer operacional. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo.
2. Os contratos individuais de aluguer operacional, a celebrar no âmbito do presente procedimento, vigoram pelo prazo de **48** (*quarenta e oito*) meses, a contar da data efetiva de entrega da viatura à respetiva Contraente Pública e terminam com a devolução da mesma ao(s) Cocontratante(s).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Secção I

Obrigações do Cocontratante

CLÁUSULA 5.ª

Obrigações do (s) Cocontratante (s)

Sem prejuízo das obrigações previstas no Código dos Contratos Públicos, constituem obrigações do (s) Cocontratante (s):

- a) Fornecer as viaturas, em regime de aluguer operacional e prestar os respetivos serviços associados, em conformidade com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Comunicar às Contraentes Públicas e à **AdP SGPS**, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos ou do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) Contraente(s) Pública(s);
- c) Não alterar as condições de fornecimento e/ou prestação de serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento e/ou prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- e) Comunicar à **AdP SGPS** a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão dos contratos de aluguer operacional de viaturas celebrados, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- f) Disponibilizar à **AdP SGPS** a informação relevante para a gestão dos contratos;
- g) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade.

CLÁUSULA 6.ª

Encargos com Direitos de Propriedade

São da responsabilidade do (s) Cocontratante (s) quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

CLÁUSULA 7.ª

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

São da responsabilidade do(s) Cocontratante(s) quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de bens ou na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

CLÁUSULA 8.ª

Dever de Sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Contraentes Públicas ou qualquer outra empresa do grupo AdP, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 9.ª

Tratamento de Dados Pessoais

1. As Partes declaram que têm conhecimento e cumprem o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. As Partes reconhecem, que no âmbito da relação contratual aqui estabelecida, atuam como responsáveis autónomas pelo tratamento, prosseguindo finalidades próprias e individuais e determinando individualmente as bases de licitude aplicáveis.
3. A celebração e gestão do Contrato envolve o tratamento de dados pessoais respeitantes aos representantes legais e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados (quando qualquer um destes seja uma pessoa singular) e respetivos colaboradores, por cada uma das Partes.
4. Nestes casos, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das Partes

durante a vigência do Contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.

5. Enquanto Responsáveis autónomas pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:
- a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
 - b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
 - c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
 - d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.
6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios seguintes:
- **[AdP SGPS]**: Endereço eletrónico - dpo@adp.pt
 - **[Cocontratante]**: endereço eletrónico a indicar no contrato.
7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
8. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
9. As Partes poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção

dos dados pessoais).

Secção II

Obrigações das Contraentes Públicas

CLÁUSULA 10.^a

Obrigações da AdP SGPS

Constituem obrigações da **AdP SGPS**:

- a) Nomear um gestor de contrato, responsável pela gestão dos contratos de aluguer operacional de viaturas, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação;
- b) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e articular com as Contraentes Públicas a aplicação das devidas sanções em caso de incumprimento;
- c) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar aos Cocontratantes e Contraentes Públicas, cujos aspetos relevantes tenham impacto no cumprimento dos contratos celebrados ao seu abrigo.

CLÁUSULA 11.^a

Obrigações das Contraentes Públicas

Constituem obrigações das Contraentes Públicas:

- a) Nomear um responsável no seio da respetiva empresa (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicações com o(s) Cocontratante(s) e com o gestor designado pela **AdP SGPS** e comunicar quaisquer alterações do responsável nomeado;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- c) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos e prestação de serviços efetuados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado pela **AdP SGPS**;
- d) Pagar as faturas regularmente emitidas pelo(s) Cocontratante(s) e que tenham sido aceites;
- e) Executar a caução nos contratos celebrados, caso aplicável;
- f) Aplicação de sanções contratuais, caso aplicável.

CAPÍTULO III
TERMOS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 12.^a
Bens e Serviços a Contratar

1. A locação de veículos, em regime de aluguer operacional de viaturas compreende indicadas no **ANEXO II** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante, as opções contratuais em matéria de quilometragem contratada indicadas no ponto 2 da cláusula 1.^a do presente caderno de encargos.
2. Os requisitos técnicos e funcionais de cada um dos lotes encontram-se definidos no **ANEXO V** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
3. A descrição dos equipamentos obrigatórios a incluir por lote encontra-se prevista no **ANEXO VI** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
4. As modificações de segmento encontram-se previstas no **ANEXO VII**, respetivamente, do presente caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
5. O(s) contrato(s) de aluguer operacional de viaturas incluem os respetivos serviços associados definidos na cláusula 18.^a do presente caderno de encargos.
6. O(s) Cocontratante(s) deve(m) emitir um título de suporte documental por cada viatura - contrato individual de aluguer operacional - que deve ser entregue à Contraente Pública, para acompanhar a utilização da viatura e que deve conter os seguintes elementos:
 - a) Identificação do Cocontratante e respetivo número de identificação de pessoa coletiva (NIPC);
 - b) Identificação da Contraente Pública;
 - c) Identificação do contrato;
 - d) Datas de início e de fim do contrato;
 - e) Identificação da viatura, através da marca, modelo e matrícula;
 - f) Condições do aluguer operacional e viaturas, designadamente o prazo, a data de início e termo do contrato;
 - g) Custos dos serviços contratados;
 - h) Assinatura dos representantes das partes.

CLÁUSULA 13.^a

Quilometragem

A locação em regime de aluguer operacional de viaturas e respetivos serviços associados é contratualizada entre as partes de acordo com as quilometragens previstas (80 000 km, 100 000 km, 120 000 km, 140 000 km, 160 000 km, 180 000 km e 200 000 Km) no **ANEXO II** do presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante, para cada lote e respetivo número de viaturas.

CLÁUSULA 14.^a

Requisitos Técnicos e Funcionais Mínimos Exigidos por Lote

1. O Cocontratante obriga-se a assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais definidos para os bens e serviços a fornecer, nos termos previstos no **ANEXO V** do presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
2. Encontram-se também fixados no **ANEXO V** do presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante, o valor máximo admitido para emissões de CO₂ e de consumo combinado de combustível para as viaturas a fornecer.
3. O Cocontratante obriga-se disponibilizar as viaturas com os equipamentos obrigatórios a incluir por lote conforme **ANEXO VI** e as modificações de segmento previstas no **ANEXO VII** ao presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 15.^a

Uso de Logótipos e Instalação de Equipamentode Telemática

1. Durante o período de vigência contratual, o Cocontratante autoriza a Contraente Pública a colocar autocolantes nas viaturas com o respetivo logótipo ou com o logótipo do Grupo Águas de Portugal.
2. O Cocontratante autoriza a Contraente Pública a instalar equipamento de telemática, com recurso a soluções não intrusivas, de modo a não danificar o veículo, privilegiando tecnologias de recolha de sinais por indução, em todas as viaturas abrangidas pelo contrato e durante o seu período de vigência.

CLÁUSULA 16.^a

Auditorias às Viaturas Fornecidas e Serviços Associados

A qualquer momento a **AdP SGPS**, a Contraente Pública, ou outras entidades mandatadas pela **AdP SGPS** para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato e o cumprimento das obrigações legais.

CLÁUSULA 17.^a

Entrega das Viaturas

- 1.** As viaturas são entregues nas Instalações das Contraentes Públicas nas seguintes condições:
 - a) Em estado novo;
 - b) Equipadas em conformidade com o definido no **ANEXO VI** e no **ANEXO VII** do presente Caderno de Encargos;
 - c) Com quilometragem zero ou com a mínima necessária para a deslocação para os locais de entrega;
 - d) Preparadas de acordo com as normas de entrega de viaturas novas das respetivas marcas (nomeadamente, limpas, sem plásticos ou proteções de transporte, pressão dos pneus adequada, fluidos nos níveis normais de utilização e “reset” de todos indicadores de manutenção);
 - e) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação;
 - f) As viaturas deverão ser equipadas com os pneus mistos, por defeito, de acordo com as características que constam no n.º 3 das alíneas d) e) e f) da Cláusula 19.^a do presente caderno de encargos.
- 2.** As viaturas entregues devem respeitar as características e componentes resultantes das respetivas homologações e da documentação emitida pelos fabricantes.
- 3.** No momento da entrega das viaturas, a entidades adjudicante pode proceder às seguintes verificações:
 - a) Quantitativa, para comprovar a conformidade das quantidades entregues e referidas no auto de receção com as quantidades encomendadas;
 - b) Qualitativa, para comprovar a inexistência de deficiências.
- 4.** Após verificação das viaturas entregues, a entidade adjudicante pode:
 - a) Aceitar as viaturas mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
 - b) Rejeitar total ou parcialmente as viaturas ou algum dos respetivos acessórios;
 - c) Solicitar a entrega da quantidade de viaturas ou acessórios em falta.
- 5.** Se o fornecedor não dispuser das viaturas ou dos acessórios solicitados, por rutura temporária de stock, deve comunicar o facto ao Coordenador do Contrato designado pela **AdP SGPS**, com uma antecedência mínima de 30 (*trinta*) dias.

6. Se a viatura não se apresentar em condições, a entidade adjudicante não assinará o “auto de receção”, sendo esta devolvida ao adjudicatário, aplicando-se as sanções contratuais previstas no presente caderno de encargos.
7. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa, às alterações e correções necessárias para garantir o cumprimento das características exigidas no presente Caderno de Encargos, dispondo para o efeito do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
8. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias inerentes, no que respeita à conformidade dos bens.

CLÁUSULA 18.^a

Serviços Associados

1. A locação em regime de aluguer operacional de veículos inclui a prestação dos serviços associados durante o período de vigência contratual.
2. São considerados serviços associados para efeitos dos contratos a celebrar, os serviços de gestão da entrega, gestão de documentação relativa ao veículo, gestão da manutenção, gestão de pneus, gestão da inspeção periódica obrigatória (IPO), utilização de Centro de Apoio ao Condutor, assistência em viagem, disponibilização opcional de viatura de substituição, gestão de coimas e gestão da cessação/restituição, cujos encargos se encontram incluídos no valor das rendas mensais devidas pela Contraente Pública.
3. O serviço de telemática não faz parte dos serviços associados ao aluguer operacional de veículos, objeto do presente procedimento.
4. Os serviços de gestão da entrega compreendem, por parte do(s) Cocontratante(s):
 - a) O Cocontratante deverá comunicar com a antecedência de 10 (dez) dias qual o prazo de entrega previsto das viaturas na sede das Contraentes Públicas. Caso as Contraentes Públicas pretendam que a entrega se concretize noutro local, devem comunicá-lo expressamente nos 3 (três) dias após a Comunicação de entrega pelo Cocontratante;
 - b) O preenchimento, no ato da entrega da viatura, do documento “Auto de Entrega/Receção do Veículo” onde conste o registo dos quilómetros, a entrega da documentação obrigatória, do certificado internacional de seguro automóvel, do manual de utilização do fabricante, do livro de garantia e revisões do fabricante e do equipamento obrigatório para a circulação na via pública;
 - c) A entrega do manual de instruções sobre o contrato de aluguer operacional onde constam os contactos da locadora (Assistência em Viagem e Centro de Apoio ao Condutor) e os

procedimentos referentes à utilização e devolução do veículo no termo do contrato, referindo quais os danos que são aceites pela locadora e os que não são aceites e que serão cobrados.

5. Os serviços de gestão da documentação consistem em assegurar que toda a documentação legal relativa ao veículo, mesmo que provisória, é enviada à Contraente Pública, dentro dos prazos legalmente impostos, de forma a esta poder circular na via pública com o veículo, em cumprimento do disposto no Código da Estrada.
6. Os serviços de gestão da manutenção consistem em assegurar as intervenções de manutenção preventiva e corretiva, cumprindo os requisitos definidos na cláusula seguinte.
7. Os serviços de gestão de pneus consistem na gestão do processo de reparação/substituição de pneus, sempre que o respetivo desgaste o justifique mediante indicação do gestor de frota, quer pelo risco de segurança, quer pelo nível de conforto exigido para circulação, cumprindo os requisitos definidos na cláusula seguinte.
8. Os serviços de gestão da inspeção periódica obrigatória (IPO) consistem em assegurar relativamente às viaturas em regime de locação o cumprimento do regime definido no Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, nomeadamente a marcação da inspeção e a notificação da Contraente Pública e do utilizador da viatura, cumprindo os seguintes requisitos:
 - a) O agendamento da IPO é realizado diretamente pelo utilizador nos locais e empresas definidos pelo Cocontratante ou através do Centro de Apoio ao Condutor;
 - b) No caso de o veículo reprovar na IPO, o utilizador deve informar de imediato o Cocontratante, que indicará uma oficina ou ponto de assistência técnica onde o veículo possa ser assistido, para que todas as incidências registadas sejam eliminadas e o veículo seja novamente submetido a nova inspeção.
9. Os serviços de utilização do Centro de Apoio ao Condutor compreendem o atendimento aos utilizadores, vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, através de um número de telefone único que reencaminhará os problemas apresentados ou apresente resolução à prestação de esclarecimentos relacionados com todos os serviços prestados ao abrigo do contrato, devendo encontrar-se disponível para serviços de manutenção, reparação e IPO.
10. Os serviços de assistência em viagem compreendem a assistência do veículo, os seus ocupantes e respetivas bagagens em Portugal ou no estrangeiro, nos seguintes termos:
 - a) O utilizador pode solicitar a desempanagem no local ou reboque do veículo até à oficina ou ponto de assistência técnica autorizada pelo Cocontratante, em caso de avaria, sinistro ou

furto, falta de combustível ou abastecimento incorreto, furo, perda de chaves ou trancadas no interior do veículo, falta de bateria ou outro motivo que impeça a sua circulação;

- b) O utilizador pode solicitar o transporte, alojamento em hotel definido pela locadora, repatriamento ou prossecução de viagem sempre que a imobilização seja superior a duas horas;
- c) O transporte do utilizador deve ser assegurado até ao local onde seja disponibilizado o veículo de substituição.

- 11.** Os serviços de gestão do veículo de substituição compreendem a disponibilização de um veículo de substituição nos casos de impossibilidade de uso do veículo por motivos de intervenção por manutenção e avaria, sinistro ou roubo, cumprindo os seguintes requisitos definidos na cláusula 20.^a do presente caderno de encargos.
- 12.** Os serviços de seguro automóvel compreendem a sua contratualização pelo(s) Cocontratante(s), cumprindo os termos estabelecidos na cláusula 21.^a do presente caderno de encargos.
- 13.** Os serviços de gestão de sinistros incluem a regularização dos processos de sinistro despoletados pelo próprio utilizador ou pela Contraente Pública cumprindo os requisitos definidos na cláusula 21.^a do presente caderno de encargos.
- 14.** Os serviços de gestão de coimas abrangem a identificação dos infratores perante a entidade autuante, devendo ser dado conhecimento, por escrito, à Contraente Pública, das comunicações recebidas e realizadas.
- 15.** Os serviços de cessação/restituição abrangem a tramitação do processo de restituição do veículo, compreendendo a sua receção e retirada de equipamento, cumprindo os requisitos previstos na cláusula seguinte.

CLÁUSULA 19.^a

Requisitos Obrigatórios da Prestação do Serviços

- 1.** Em matéria de serviços associados à locação de viaturas, o Cocontratante encontra-se adstrito a cumprir os seguintes requisitos:
 - a) As viaturas a fornecer devem ter uma quilometragem zero ou a mínima necessária para a deslocação das mesmas até aos locais de entrega;
 - b) O número de pneus a incluir no contrato será em número ilimitado.
- 2.** As intervenções de manutenção preventiva e corretiva devem cumprir os seguintes requisitos:

- a) Ser realizadas segundo as normas do fabricante, assegurando que cumprem todos os controlos, exigências necessárias para a circulação do veículo em condições de segurança e de acordo com as imposições legais em vigor;
 - b) Os serviços de manutenção dos veículos de motorização a gasóleo, não incluem a reposição do líquido **AdBlue**, uma vez que não faz parte do plano de manutenção preconizado pelos fabricantes de automóveis, não se enquadrando nas exigências fixadas na alínea anterior, pelo que não deverá constar nos requisitos obrigatórios da prestação de serviços, nem transpostos quaisquer encargos para a proposta;
 - c) Quando ocorra intervenção no veículo por responsabilidade do utilizador, em resultado de negligência ou desleixo na sua utilização, essa intervenção deve ser previamente autorizada pela Contraente Pública, fundamentando a ocorrência com um relatório técnico da oficina ou ponto de assistência técnica;
 - d) Em caso de discordância por parte da Contraente Pública, o Cocontratante ou a Contraente Pública podem recorrer a uma entidade independente e certificada para o efeito, para elaboração de um relatório de peritagem cujo resultado devem aceitar, sendo o custo da reparação e da peritagem assumido pela entidade a quem o relatório imputar a responsabilidade;
 - e) O agendamento das intervenções pode ser feito diretamente pelo utilizador nas oficinas ou pontos de assistência técnica autorizados pelo fornecedor ou através do Centro de Apoio ao Condutor.
3. O processo de reparação/substituição de pneus deve observar os seguintes requisitos:
- a) A substituição dos pneus deve ocorrer sempre que os requisitos de segurança estejam em causa ou no caso de incumprimento das normas legais em vigor, respeitando os requisitos indicados no ponto 7 da Cláusula 18.^a do presente caderno de encargos;
 - b) O processo de reparação/substituição de pneus inclui o alinhamento de direção, quando a substituição ocorre num dos pneus frontais e sempre que se mostre necessário;
 - c) É obrigatória a calibragem de rodas sempre que ocorra uma substituição e um alinhamento de direção na substituição de dois ou mais pneus;
 - d) Os pneus devem cumprir os parâmetros essenciais de eficiência energética no que concerne à respetiva resistência ao rolamento, não excedendo os valores-limite estipulados na ISO 28580 ou norma equivalente, de segurança e garantir baixas emissões sonoras, respeitando a classe de ruído exterior de rolamento os valores-limite (VL) estabelecidos na Parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 661/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13

de Julho de 2009. A etiqueta de classificação de ruído exterior dos pneus mistos será de “**A**”, salvo quando o tipo de pneu utilizado (*off-road*) não admita aquela classificação, admitindo-se classificação de ruído exterior de “**B**”.

- e) Os pneus deverão cumprir a classificação energética de consumo de combustível de “**A**”, no entanto, a referida eficiência nunca poderá ser inferior à classe energética de “**B**”.
 - f) Os pneus serão por norma do tipo ‘mistos’ salvo em casos de exceção, cuja utilização das viaturas obrigue a utilizar pneus ‘*off-road*’.
4. O Cocontratante deve ter implementados mecanismos de qualidade junto da sua rede de oficinas que possam garantir uma adequada recolha e eliminação de óleos lubrificantes e pneus usados de forma a minimizar o impacto ambiental e assegurar o tratamento adequado deste tipo de resíduos até ao respetivo destino final.
5. O serviço de gestão da terminação/restituição abrange a realização e condução do processo de restituição do veículo objeto de contrato, compreendendo os seguintes requisitos mínimos:
- a) O serviço inclui uma pré-peritagem nas seguintes condições:
 - i. Com uma antecedência de 90 (*noventa*) dias, o Cocontratante deve realizar uma comunicação à Contraente Pública e à **AdP SGPS** informando sobre a data do termo do contrato;
 - ii. Na comunicação referida na sublinha anterior, o Cocontratante disponibiliza o serviço de pré-peritagem, incluído na renda, que pode ser efetuado com uma antecedência até 60 dias para apurar o valor previsto de recondicionamentos;
 - iii. Do resultado da pré-peritagem, o Cocontratante deve apoiar a Contraente Pública sugerindo formas de reduzir os custos no final de contrato.
 - b) Após a comunicação do pré-aviso da data de fim de contrato, pelo Cocontratante, a Contraente Pública deve agendar a recolha do veículo nas instalações do Cocontratante ou outro local, a definir com uma antecedência de 30 (*trinta*) dias;
 - c) No momento da devolução do veículo, deve estar presente um representante do Cocontratante, que deve preencher e assinar o documento de “Auto de Restituição” com o utilizador ou outro responsável da Contraente Pública;
 - d) Juntamente com o veículo devem ser devolvidos todos os documentos, nomeadamente o original do Documento Único Automóvel (DUA), o Certificado de Inspeção Periódica Obrigatória e o Certificado Internacional de Seguro Automóvel quando aplicáveis, os manuais entregues, designadamente o Manual de Instruções e o Livro de Manutenção, as chaves e os códigos a que ao mesmo dizem respeito.

6. A Contraente Pública pode antecipar ou adiar a entrega do veículo até 30 (*trinta*) dias da data de fim de contrato, liquidando apenas o equivalente aos dias utilizados, calculado proporcionalmente, de acordo com a renda mensal.
7. Sempre que o veículo percorrer mais ou menos quilómetros que o número de quilómetros definido no contrato, o Cocontratante deve cumprir com os seguintes requisitos:
 - a) Se o desvio de quilómetros for inferior ou igual a 10%, não existe custo nem proveito a apurar;
 - b) Se o desvio de quilómetros for superior a 10% e inferior ou igual a 25%, aplica-se o custo unitário definido na proposta, multiplicado pelo número de quilómetros percorridos a mais, em relação ao número definido no contrato, ou pelo número de quilómetros não percorridos;
 - c) Se o desvio de quilómetros for superior a 25% e inferior ou igual a 40%, aplica-se o custo unitário definido na proposta, agravado em 20%, multiplicado pelo número de quilómetros percorridos a mais, em relação ao número definido no contrato, ou pelo número de quilómetros não percorridos;
 - d) Se o desvio de quilómetros for superior a 40%, em alternativa ao pagamento nos termos do número anterior, a Contraente Pública pode solicitar à locadora o recálculo no fim do contrato, devendo esta apresentar proposta para um prazo e/ou quilometragem diferente, desde que seja financeiramente mais vantajoso para a Contraente Pública, o qual ficará dependente de aceitação desta última;
 - e) No que diz respeito às diferenças de quilometragens superiores a 10%, aos quilómetros efetivamente percorridos deverão ser descontados os 10% face aos quilómetros contratados, ou seja, este valor equivale a uma tolerância de 10%.
8. O recálculo de um contrato deve ser efetuado cumprindo os seguintes requisitos:
 - a) O custo de recálculo é obtido pela diferença de rendas, com base nas propostas apresentadas para os vários prazos e quilómetros contratados;
 - b) Em alternativa, pode o Cocontratante, por sugestão da Contraente Pública, e dependendo da sua aceitação, apresentar proposta para um prazo ou quilometragem diferente, desde que seja financeiramente mais vantajoso para a Contraente Pública;
 - c) A diferença das rendas será creditada ou debitada à Contraente Pública com efeitos retroativos;

- d) Em caso de rescisão antecipada a pedido da Contraente Pública, que não resulte de sinistro com perda total, o fornecedor cobrará 30% das rendas vincendas entre a data de devolução do veículo e 30 (*trinta*) dias antes da data de fim de contrato prevista inicialmente.
9. A Contraente Pública pode solicitar alterações ao veículo entregue, diretamente ao Cocontratante, após comunicação à **AdP SGPS**, exceto quando a alteração diga respeito à incorporação de alarme e/ou sistema de localização, desde que seja garantida a instalação de um sistema não intrusivo, caso em que não é necessária qualquer comunicação prévia.
10. São da responsabilidade do Cocontratante todos os impostos e taxas supervenientes à data de celebração do contrato e que resultem de legislação aprovada.
11. São da responsabilidade do Cocontratante alterações resultantes de novas obrigações que venham a ser previstas no Código da Estrada, nomeadamente pela inclusão de qualquer equipamento ou acessório obrigatório.

CLÁUSULA 20.^a

Veículo de Substituição

Em relação ao serviço de veículo de substituição, o Cocontratante deve assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Por motivo de intervenção de manutenção preventiva, a entrega e recolha do veículo de substituição na oficina ou ponto de assistência técnica, quando a marcação for efetuada com 48 horas de antecedência;
- b) Por motivo de intervenção de manutenção corretiva/avaria, o Cocontratante, deve assegurar o transporte do condutor até ao local onde seja disponibilizado o veículo de substituição e após reparação, até ao local onde o veículo foi reparado;
- c) O Cocontratante deve comunicar ao utilizador as condições de aluguer do veículo de substituição, incluindo as coberturas de seguro, obrigações de utilização e taxas que o mesmo se encontre sujeito em caso de incumprimento;
- d) O veículo a disponibilizar pelo Cocontratante deve ser de gama equivalente à do veículo contratado, ou em caso de indisponibilidade, pode ser disponibilizada uma viatura da mesma categoria (**NI** ou **MI**, consoante o caso), sempre que seja aceite pela Contraente Pública por ser compatível com a especificidade de terreno onde vai circular, tarefas a executar ou carga a transportar;
- e) Quando se tratar de veículos comerciais ligeiros (**NI**) de natureza e características técnicas muito específicas, a viatura de substituição também deverá ser comercial ligeiro (**NI**), sendo aceitável uma viatura da tipologia «Furgão» com capacidade de carga de 3 metros cúbicos;

- f) Quanto ao tipo de combustão, a viatura de substituição deverá ser do mesmo tipo da viatura contratada, na sua impossibilidade, serão aceites outros combustíveis;
- g) As Contraentes Públicas podem nomear um colaborador para rececionar as viaturas e/ou efetuar o levantamento ou a entrega das mesmas, ainda que não venha a ser efetivamente o utilizador da viatura alugada, devendo para o efeito informar o Cocontratante;
- h) Sempre que não seja possível a disponibilização de uma viatura de substituição através de Rent-a-Car em oficina, deve ser assegurado o serviço de táxi ou transporte em veículos descaracterizados a partir de plataformas eletrónicas (TVDE), num período máximo de trinta minutos;
- i) As Contraentes Públicas podem solicitar ao Cocontratante uma viatura de substituição com identificador de Via Verde, aquando da reserva da mesma. O valor a pagar, faturado sob a forma de serviço não contratado (SNC), incluirá o fee referente ao dispositivo e o valor das portagens, sempre que tenham ocorrido passagens em portagens de autoestrada;
- j) Sempre que se verifiquem passagens em portagens de autoestrada, de viaturas de substituição disponibilizadas por Rent-a-Car nos termos da alínea anterior, deverá fornecido o respetivo extrato detalhado, também em formato editável, com todos os movimentos no período de utilização;
- k) Em caso de sinistro e furto ou roubo, considera-se como data-limite de utilização o dia de comunicação de perda total à entidade adquirente, acrescido de 48 horas úteis.

CLÁUSULA 21.ª

Seguro Automóvel

I. Os serviços de seguro automóvel compreendem as seguintes coberturas:

- a) Responsabilidade civil, com capital de € 50.000.000,00 (*cinquenta milhões de euros*) por veículo e por sinistro;
- b) Danos próprios nos veículos com franquia de 4% incluindo os seguintes riscos:
 - i. Choque, colisão e capotamento (CCC);
 - ii. Furto ou roubo, ou a sua tentativa, quer a chave esteja ou não na posse do tomador ou dos segurados (FR);
 - iii. Incêndio, raio ou explosão (IRE);
 - iv. Fenómenos da natureza, incluindo cataclismos naturais, chuvas, inundações, queda de granizo e fenómenos sísmicos (FN);
 - v. Assaltos, tumultos, alterações da ordem pública e comoções civis;
 - vi. Vandalismo e atos ou danos maliciosos;

- vii. Quebra isolada de vidros (QIV).
- c) Proteção de ocupantes, incluindo o condutor, com capital de € 40.000,00 (*quarenta mil euros*) para indemnização por morte ou invalidez permanente e de € 4.000,00 (*quatro mil euros*) para despesas de tratamento médico, valores por ocupante, ambos os limites são considerados como capitais mínimos;
- d) No âmbito dos serviços de seguro automóvel, a franquia será cobrada pela locadora quando, cumulativamente, forem acionados os danos próprios, excluindo-se a quebra isolada de vidros e o furto ou roubo total ou parcial, e a responsabilidade for imputada ao utilizador, a terceiro ou por causa desconhecida.
2. Em caso de perda total definida pela seguradora no âmbito da legislação em vigor, a Contraente Pública não terá de remunerar a locadora, à exceção das rendas devidas até à data do sinistro.
3. O utilizador deve efetuar a comunicação de um processo de sinistro no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis após o sinistro, preferencialmente através de declaração amigável de acidente automóvel e outros documentos que fundamentem o apuramento de responsabilidades, tais como auto de participação às autoridades e recolha de testemunhos.
4. O agendamento da peritagem e início da reparação é da responsabilidade da locadora, devendo comunicar atempadamente com o utilizador ou Contraente Pública, de forma a assegurar o cumprimento dos prazos legais.
5. A franquia, quando aplicável, será regularizada diretamente entre a Contraente Pública e a locadora.
6. A reparação da viatura deve ser efetuada nas oficinas ou pontos de assistência técnica autorizados pela locadora.
7. Após a reparação estar efetuada, o utilizador deve ser informado do local, data e hora em que deve proceder ao levantamento do veículo.

CLÁUSULA 22.^a

Níveis de Serviço

O(s) Cocontratante(s) deve(m) assegurar os seguintes níveis de serviço, em relação aos serviços previstos nas cláusulas anteriores do presente caderno de encargos:

- a) A entrega das viaturas à Contraente Pública deve ser realizada no prazo máximo de **180** (*cento e oitenta*) dias úteis contados após a assinatura dos respetivos contratos.
- b) O serviço de gestão da entrega deve assegurar um prazo de 5 (*cinco*) dias, após a data da entrega efetiva dos veículos, para enviar os dados a solicitar pela Contraente Pública ou pela **AdP SGPS**,

em formato eletrónico, com a matrícula, a marca, o modelo, a versão, a data de entrega e a data de matrícula dos veículos;

- c) O serviço de gestão da documentação deve assegurar a entrega de toda a documentação provisória no dia da entrega do veículo e o certificado de matrícula em 30 (*trinta*) dias;
- d) O serviço de gestão da manutenção deve assegurar os seguintes níveis de serviço:
 - i. O utilizador não deve realizar uma deslocação total superior a 50 km (ida e volta);
 - ii. O serviço de manutenção deve ser agendado em 2 horas úteis;
 - iii. A intervenção de manutenção preventiva deve iniciar-se em 2 (*dois*) dias úteis;
- e) O serviço de gestão de pneus deve garantir:
 - i. Validação e marcação do serviço de substituição até 2 horas úteis após o pedido, sendo feito o agendamento diretamente pelo utilizador nas oficinas autorizadas pelo Cocontratante ou através do Centro de Apoio ao Condutor;
 - ii. Substituição do(s) pneu(s) em dois dias úteis (exceto se tiver sido acordado um prazo diferente com o utilizador da Contraente Pública);
- f) O serviço de gestão da IPO deve assegurar o pré-aviso e a marcação da IPO com, pelo menos, trinta dias de antecedência em relação à data-limite;
- g) O serviço de Centro de Apoio ao Condutor deve assegurar:
 - i. Um tempo médio de espera pelo atendimento telefónico não superior a dez minutos (média mensal);
 - ii. Gravação de todas as chamadas telefónicas entre o Centro de Apoio ao Condutor e utilizadores, Contraentes Públicas e **AdP SGPS**;
 - iii. Registo de todas as ocorrências (telefonemas, reclamações, pedidos, etc.);
 - iv. Disponibilização de um endereço eletrónico para a marcação de manutenção preventiva ou para qualquer marcação de serviços ou pedidos;
 - v. Disponibilização de um número de telefone único para todos os contactos;
- h) O serviço de Assistência em Viagem deve assegurar o reboque do veículo e o transporte dos ocupantes num prazo médio de trinta minutos;
- i) A disponibilização de uma viatura de substituição deve assegurar:
 - i. A sua entrega no prazo de meia hora após a entrada do veículo na oficina;
 - ii. Um tempo de espera máximo de trinta minutos, caso seja solicitado o serviço de táxi ou transporte em veículos descaracterizados a partir de plataformas eletrónicas (TVDE);
 - iii. Um ponto de entrega e recolha do veículo de substituição que não implique uma deslocação total superior a 50 Km (ida e volta) por parte do utilizador;

- iv. Caso o veículo de substituição seja solicitado na sequência do serviço de Assistência em Viagem, deverá ser disponibilizado imediatamente após o transporte do utilizador até ao local de levantamento da viatura;
- j) O serviço de gestão de coimas deve assegurar o envio da comunicação até 5 (*cinco*) dias úteis após a sua receção ou expedição;
- k) O serviço de seguro automóvel deve assegurar a entrega da carta verde juntamente com o veículo e a restante documentação, de modo a permitir a circulação legal do veículo na via pública, em cumprimento do Código da Estrada;
- l) O serviço de gestão de sinistros deverá cumprir todas as disposições e obrigações legais, cumprindo os prazos previstos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto, bem como as alterações legais supervenientes;
- m) O serviço de cessação/restituição deve assegurar o aviso do início do processo até 90 (*noventa*) dias antes do final de cada contrato, à **AdP SGPS** e à Contraente Pública.

CLÁUSULA 23.^a

Reporte e Monitorização

- 1. Constitui obrigação do(s) Cocontratante(s) elaborar e enviar à **AdP SGPS** e à Contraente Pública os seguintes relatórios de gestão:
 - a) Relatórios de faturação;
 - b) Relatórios de cumprimento dos níveis de serviço.
- 2. Os relatórios de faturação devem ser emitidos com uma periodicidade trimestral.
- 3. A omissão de envio dos relatórios referidos no n.º 1 da presente cláusula ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da faturação, tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa.
- 4. Para efeitos do disposto no número anterior, a Contraente Pública deve notificar previamente o(s) Cocontratante(s) para, num prazo não superior a 5 (*cinco*) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.
- 5. Os relatórios de faturação devem conter os seguintes elementos:
 - a) Identificação da Contraente Pública e respetivo número de identificação de pessoa coletiva (NIPC);
 - b) Identificação do contrato;
 - c) Datas de início e de fim do contrato;
 - d) Descrição quantitativa do número de veículos e respetiva renda mensal;
 - e) Número, data e valor das faturas;

- f) Preço de Venda ao Público da Viatura no momento da adjudicação;
 - g) Valor de investimento em cada viatura (indicando o desconto relativamente à alínea anterior);
 - h) Valor residual de cada viatura;
 - i) Valor amortizado para cada viatura.
6. Os relatórios de níveis de serviço devem conter, os seguintes elementos, definidos na cláusula anterior, os requisitos técnicos e funcionais mínimos definidos no presente caderno de encargos e eventuais sanções contratuais aplicadas:
- a) Identificação da Contraente Pública e/ou contratante;
 - b) Número de contrato;
 - c) Duração prevista do contrato;
 - d) Datas de início e de fim do contrato;
 - e) Datas de intervenções em manutenção e troca de pneus incluindo a identificação da classificação energética e de ruído dos pneus colocados;
 - f) Sinistros;
 - g) Quantidades de bens encomendados e entregues/serviços contratados e prestados;
 - h) Número de dias decorridos entre a data da encomenda e a data de entrega do bem em condições de ser recebido/data de contratação e data de início da prestação de serviços;
 - i) Sanções aplicadas e respetiva justificação.
7. Os relatórios definidos nos números anteriores devem ser enviados aos gestores do contrato designados pela **AdP SGPS** e à Contraente Pública até ao dia 10 do mês subsequente ao final do período do ano civil a que digam respeito, em formato eletrónico ou em plataforma eletrónica do Cocontratante.
8. Caso a informação seja disponibilizada e acessível online, com todas as dimensões supra indicadas e organizada de acordo com os relatórios solicitados, dispensar-se-á o envio dos relatórios conforme indicado no ponto anterior.

CAPÍTULO IV

FATURAÇÃO E PAGAMENTO

CLÁUSULA 24.^a

Preço Contratual e Condições de Pagamento

1. O valor do preço contratual a pagar pela Contraente Pública pela locação em regime de aluguer operacional de viaturas e a prestação de serviços associados é o que resultar das propostas adjudicadas, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, caso aplicável.
2. A Contraente Pública é responsável unicamente pelo pagamento das prestações devidas pelas viaturas utilizadas, não havendo lugar a responsabilidade solidária ou subsidiária pelos pagamentos devidos.
3. As quantias devidas aos Cocontratantes, nos termos dos números anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a boa receção pela Contraente Pública das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
4. Em caso de discordância por incorreções ou omissões de dados nas faturas emitidas por parte da Contraente Pública, esta deve comunicar ao(s) Cocontratante(s), por escrito, os respetivos fundamentos, ficando obrigado(s) a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no número anterior.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 4, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante ou outro meio que venha a ser acordado entre as partes.

CLÁUSULA 25.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem incluir o número de nota de encomenda fornecido pelas Contraentes Públicas e devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida mensalmente;
 - b) Ser acompanhada da informação relativa aos serviços previstos no presente caderno de encargos prestados durante o período de faturação e aceites;
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
4. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à **Contraente Pública**, às prestações mensais previstas na alínea a) do n.º 2 não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

CLÁUSULA 26.^a

Atrasos no Pagamento

- 1. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações.
- 2. A falta de pagamento das faturas regularmente emitidas e aceites dentro do prazo estipulado na cláusula 25.^a apenas constitui em mora a Contraente Pública.
- 3. Os atrasos no pagamento das faturas ficam sujeitos à cobrança de juros de mora à taxa de juro legal em vigor, calculados a partir do dia seguinte ao do vencimento da fatura.
- 4. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o(s) Cocontratante(s) a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no CCP.
- 5. O direito de resolução com fundamento na mora apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à Contraente Pública e à **AdP SGPS**, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas do valor de juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO V

VICISSITUDES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 27.^a

Sanções Contratuais

I. O incumprimento dos níveis de serviço e das condições estipuladas previstas no presente caderno de encargos, confere à Contraente Pública o direito de aplicação de sanções pecuniárias, designadamente, nos seguintes termos:

- a) Em caso de incumprimento do prazo de entrega de viaturas, previsto nas alíneas a) e b) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 50,00 (*cinquenta euros*) por cada dia de atraso;
- b) Em caso de incumprimento do prazo de entrega de documentação, previsto na alínea c) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 25,00 (*vinte e cinco euros*) por cada dia de atraso;
- c) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea i) da alínea d) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 15,00 (*quinze euros*) por cada quilómetro que exceda a distância estipulada;
- d) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea ii) da alínea d) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 15,00 (*quinze euros*) por cada hora que exceda a duração estipulada;
- e) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea iii) da alínea d) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 35,00 (*trinta e cinco euros*) por cada dia de atraso;
- f) Em caso de incumprimento do prazo, previsto na subalínea ii) da alínea e) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 35,00 (*trinta e cinco euros*) por cada dia de atraso;
- g) Em caso de incumprimento do prazo previsto na alínea f) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 5,00 (*cinco euros*) por cada dia de diferença face à data de antecedência mínima;
- h) Em caso de incumprimento do previsto nas subalíneas i) e ii) da alínea g) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 50,00 (*cinquenta euros*) por cada hora que exceda a duração estipulada;
- i) Em caso de incumprimento do previsto na subalínea iii) da alínea i) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 15,00 (*quinze euros*) por cada quilómetro que exceda a distância estipulada;
- j) Em caso de incumprimento do previsto na alínea j) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 50,00 (*cinquenta euros*) por cada dia de atraso;

- k) Em caso de incumprimento do previsto na alínea m) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção pecuniária de € 10,00 (dez euros) por cada dia de atraso;
- l) Em caso de incumprimento do prazo de entrega de apresentação dos relatórios previstos na cláusula 23.^a poderá ser aplicada uma sanção pecuniária de € 200,00 (duzentos euros) por cada relatório em falta e dia de atraso.
2. Em caso de incumprimento dos prazos para entrega dos veículos previsto na alínea a) e b) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, deve ser aplicada uma sanção contratual, de acordo com a seguinte fórmula:
- $$S = 50 * A * N$$
- Em que:
- S** = Sanção contratual;
- A** = Número de dias de atraso;
- N** = Número de veículos não entregues.
3. A cada dez dias de atraso para além dos prazos de entrega definidos nas alíneas a) e b) da cláusula 22.^a do presente caderno de encargos, ao valor da sanção pecuniária prevista igualmente no número anterior, acresce uma taxa de penalização de 5% aplicável ao valor total da sanção que venha a ser aplicada.
4. O valor das sanções pecuniárias a aplicar é descontado nas faturas imediatamente seguintes.
5. Quando as sanções a que se referem os números anteriores revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da faculdade das Contraentes Públicas de resolução do contrato.
6. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante a Contraente Pública pode aplicar-lhe uma penalidade até 20% do valor global do contrato.
7. Não serão aplicadas penalidades em caso de verificação de um evento que possa ser considerado de força maior de acordo com o previsto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA 28.^a

Força Maior

1. São considerados eventos de força maior as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento de obrigações contratuais e que sejam alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não se consideram eventos de força maior:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem.
4. A ocorrência de um evento que possa ser considerado de força maior deverá ser imediatamente comunicado pela parte afetada à outra parte.
5. Caso o evento comunicado possa ser considerado de força maior conforme o disposto na presente cláusula, será determinada a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 29.^a

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1. A subcontratação de prestações objeto do Contrato a celebrar e cessão da posição contratual do Cocontratante no mesmo depende do consentimento prévio, expresso e escrito, da Contraente Pública.
2. O procedimento de autorização referido no número anterior obedece ao disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), com as seguintes especificidades:
 - a) Deve ser apresentada a declaração de responsabilidade social constante do **ANEXO VII** ao Programa do Procedimento, com as devidas adaptações, subscrita pelo subcontratado ou pelo cessionário;
 - b) Devem ser apresentados documentos que comprovem que o subcontratado ou o cessionário se encontram legalmente habilitados a prestar os serviços em causa.

3. É permitida a cessão da posição contratual, devendo para o efeito o Cocontratante ser notificado das alterações correspondentes aos elementos necessários para a faturação.
4. A cessão da posição contratual, depende de autorização do Cocontratante, mas esta só pode ser recusada quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias do Cocontratante.

CLÁUSULA 30.^a

Resolução por Parte do(s) Cocontratante(s)

1. A verificação das situações previstas no n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos apenas habilita o Cocontratante a resolver o contrato quanto às obrigações de fornecimento e demais deveres associados quanto à Contraente Pública.
2. O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias da Contraente Pública, pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público em falta e à **AdP SGPS**, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 31.^a

Resolução por Parte da Contraente Pública

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, a Contraentes Públicas podem, a título sancionatório, resolver o Contrato, na parte que lhes respeita, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo incumprimento reiterado e sistemático de obrigações contratuais.
2. O direito de resolução referido no número anterior é exercido pela Contraente Pública mediante declaração enviada ao Cocontratante, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 32.^a

Liberação de Caução

1. Quando prestada caução para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações previstas no(s) contrato(s) a liberação da mesma é realizada faseadamente, nos seguintes termos:

- a) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de doze meses contados da data efetiva de entrega das viaturas;
 - b) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de vinte e quatro meses contados da data efetiva de entrega das viaturas;
 - c) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de trinta e seis meses contados da data efetiva de entrega das viaturas;
 - d) 25% do valor da caução é liberado após o decurso do período de quarenta e oito meses contados da data efetiva de entrega das viaturas.
2. Decorridos os prazos estabelecidos no número anterior, o(s) Cocontratante(s) podem requerer a liberação progressiva da caução à Contraente Pública, mediante o envio de mensagem de correio eletrónico, dirigida ao gestor do contrato.
3. Caso o(s) Cocontratante(s) não solicite a liberação progressiva da caução nos termos do número anterior, a Contraente Pública deve promover a liberação integral da caução prestada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o cumprimento de todas as obrigações do(s) contraente público(s).

CLÁUSULA 33.^a

Deveres de informação

- 1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
- 2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 34.^a

Acompanhamento e Fiscalização de Modo de Execução do Contrato

- 1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do Contrato designado pelas contraentes públicas e identificado no Contrato.
- 2. No exercício das suas funções, o gestor do Contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo cocontratante.

3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

CLÁUSULA 35.^a

Comunicações

1. Todas as comunicações a trocar no decurso da execução contratual devem ser remetidas para os interlocutores que forem identificados por cada uma das Partes no(s) contrato(s) a celebrar.
2. As comunicações ou notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou por carta registada.
3. Todas as comunicações ou notificações efetuadas através de carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais, devendo ser dirigidas para o domicílio ou sede das partes intervenientes.
4. No que diz respeito às comunicações ou notificações enviadas por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo remetente para o destinatário.
5. Qualquer alteração das informações de contacto prevista no contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 36.^a

Foro Competente

O foro competente para a resolução de todas as questões decorrentes com a celebração dos contratos de aluguer operacional de viaturas é o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 37.^a

Regime Aplicável

Os contratos a celebrar regem-se pelo Código dos Contratos Públicos, pela demais legislação portuguesa aplicável e tem natureza administrativa.

CLÁUSULA 38.^a

Contagem dos Prazos

No que se refere à contagem dos prazos na fase de execução do(s) contrato(s) a celebrar ao seu abrigo, aplicam-se as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem dos prazos o dia em que ocorrer o evento a partir do qual começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data termina às 24 horas do dia em que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – Contraentes Públicas;

ANEXO II – Lotes e quantidades discriminadas por opção contratual;

ANEXO III – Lotes e quantidades por Contraente Pública;

ANEXO IV - Preço base e preços unitários base;

ANEXO V – Requisitos técnicos e funcionais;

ANEXO VI – Tipologia de equipamentos obrigatórios;

ANEXO VII – Modificações de segmento.

ANEXO I

Contraentes Públicas (a que se refere o n.º 1 da Cláusula 1.ª)

ENTIDADES ADJUDICANTES	SEDE
Águas do Norte, S.A.	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-626 Vila Real
Águas do Centro Litoral, S.A.	ETAR de Cacia, Rua do Paçal, Lugar de Sarrazola 3800-530 Cacia
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Avenida da Liberdade n.º 24 1250-144 Lisboa
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta 1300-254 Lisboa
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.	ETAR da Quinta do Conde, EN 10, Quinta do Conde III, 2975-403 Quinta do Conde
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Rua Dr. Aresta Branco n.º 51 7800-310 Beja

ANEXO II

Lotes e quantidades discriminadas por opção contratual

(a que se refere o n.º 2 da Cláusula 1.ª)

Lotes	Designação dos Lotes - Detalhe Técnico	Opções Contratuais							Total Geral
		48 meses @ quilometragens							
		80 000	100 000	120 000	140 000	160 000	180 000	200 000	
Lote 1	Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica		1		1				2
Lote 2	Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica	1							1
Lote 3	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira		2	1	7	1	1	6	18
Lote 4	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica				2				2
Lote 5	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira	2		3		17		15	37
Lote 6	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica		2						2
Lote 7	Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira					1			1
TOTAIS		3	5	4	10	19	1	21	63

2025_044CP - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS OPERACIONAIS DA TIPOLOGIA «PICK-UP» E SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

ANEXO III

Lotes e quantidade por Contraente Pública

(a que se refere o n.º 2 da Cláusula 1.ª)

Lotes	Designação dos Lotes - Detalhe Técnico	AdN	AdCL	EPAL	AdTA	SIMARSUL	AgdA	Total Geral
Lote 1	Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica			1	1			2
Lote 2	Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica				1			1
Lote 3	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira			18				18
Lote 4	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica			2				2
Lote 5	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira	2	4				31	37
Lote 6	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica		1			1		2
Lote 7	Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira			1				1
TOTAIS		2	5	22	2	1	31	63

ANEXO IV

Preço base e preços unitários base

(a que se refere a Cláusula 3.ª)

Lotes	Designação dos Lotes - Detalhe Técnico	Opções Contratuais							VALOR GLOBAL	RENTA MENSAL BASE DO LOTE	PREÇO ANORMALMENTE BAIXO (MENSAL)
		48 meses @ quilometragens									
		80 000	100 000	120 000	140 000	160 000	180 000	200 000	Duração do contrato x preço base x quantidades	Número de viaturas x preço base	
Lote 1	Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica		630,17 €		681,70 €				62 969,76 €	1 311,87 €	655,94 €
Lote 2	Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica	602,23 €							28 907,04 €	602,23 €	301,12 €
Lote 3	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira		697,27 €	663,94 €	754,28 €	717,35 €	824,19 €	861,43 €	674 330,88 €	14 048,56 €	7 024,28 €
Lote 4	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica				754,28 €				72 410,88 €	1 508,56 €	754,28 €
Lote 5	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira	651,86 €		710,22 €		767,34 €		832,79 €	1 390 608,48 €	28 971,01 €	14 485,51 €
Lote 6	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica		674,09 €						64 712,64 €	1 348,18 €	674,09 €
Lote 7	Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira					750,64 €			36 030,72 €	750,64 €	375,32 €
TOTAL											
									2 329 970,40 €	48 541,05 €	24 270,53 €

Para todos os lotes, valores S/IVA:

- O valor unitário máximo admitido a debitar por cada quilómetro percorrido e não contratado é de 0.09 €/km;
- O valor unitário mínimo admitido por cada quilómetro contratado e não percorrido é de 0.03 €/km.

2025_044CP - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS OPERACIONAIS DA TIPOLOGIA «PICK-UP» E SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

ANEXO V

Requisitos técnicos e funcionais

(a que se refere o n.º 2 da Cláusula 12.ª)

Lote	Designação dos Lotes - Detalhe Técnico	Categoria	Carroçaria	N.º Lugares	N.º Portas	N.º Rodas	Norma EURO	Combustível	Cilindrada [cc]	Distância Entre Eixos [mm]	Comprimento [mm]	Altura [mm]	Tração [Tipo]	Caixa [Tipo]
Lote 1	Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica	MI ou NI	Pick-up	5	4	4	≥ 6	Gasóleo	≥ 1890 e ≤ 3100	≥ 2900 e ≤ 3270	≥ 5065 e ≤ 5597	≥ 1700	4x2	Metálica
Lote 2	Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica	MI ou NI	Pick-up	2	2	4	≥ 6	Gasóleo	≥ 1890 e ≤ 3100	≥ 2900 e ≤ 3270	≥ 5065 e ≤ 5597	≥ 1700	4x2	Metálica
Lote 3	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira	NI	Pick-up	5	4	4	≥ 6	Gasóleo	≥ 1890 e ≤ 3100	≥ 2900 e ≤ 3270	≥ 5065 e ≤ 5597	≥ 1700	4x4	Madeira
Lote 4	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica	NI	Pick-up	5	4	4	≥ 6	Gasóleo	≥ 1890 e ≤ 3100	≥ 2900 e ≤ 3270	≥ 5065 e ≤ 5597	≥ 1700	4x4	Metálica
Lote 5	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira	MI ou NI	Pick-up	3 ou 4	4	4	≥ 6	Gasóleo	≥ 1890 e ≤ 3100	≥ 2900 e ≤ 3270	≥ 5065 e ≤ 5597	≥ 1700	4x4	Madeira
Lote 6	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica	MI ou NI	Pick-up	3 ou 4	4	4	≥ 6	Gasóleo	≥ 1890 e ≤ 3100	≥ 2900 e ≤ 3270	≥ 5065 e ≤ 5597	≥ 1700	4x4	Metálica
Lote 7	Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira	MI ou NI	Pick-up	2	2	4	≥ 6	Gasóleo	≥ 1890 e ≤ 3100	≥ 2900 e ≤ 3270	≥ 5065 e ≤ 5597	≥ 1700	4x4	Madeira

Para todos os Lotes:

- O valor máximo admitido para emissões de CO₂ de acordo com o referencial WLTP corresponde a 300 gCO₂/km;
- O valor máximo admitido para o consumo combinado de combustível de acordo com o referencial WLTP corresponde a 11 L/100 km.

ANEXO VI

Tipologia de equipamentos obrigatórios

(a que se refere o n.º 3 da Cláusula 12.ª)

Lotes	Designação dos Lotes - Detalhe Técnico	EQUIPAMENTOS A INCLUIR [OBRIGATÓRIOS]											
		Airbag do condutor	Airbag do passageiro	Direcção assistida	ABS	Fecho centralizado	Vidros elétricos dianteiros	Ar condicionado	Rádio	Bluetooth	Sensores estacionamento traseiros	Pintura	Modificações de segmento
Lote 1	Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Cor Branca	ANEXO VII
Lote 2	Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Cor Branca	ANEXO VII
Lote 3	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Cor Branca	ANEXO VII
Lote 4	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Cor Branca	ANEXO VII
Lote 5	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Cor Branca	ANEXO VII
Lote 6	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Cor Branca	ANEXO VII
Lote 7	Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Cor Branca	ANEXO VII

ANEXO VII

Modificações de segmento

(a que se refere o n.º 4 da Cláusula 12.ª)

Lotes	Empresa & Tipologia de Viaturas	CONDIÇÕES CONTRATUAIS							TOTAL GERAL	MODIFICAÇÕES DE SEGMENTO
		48 meses @ quilometragens								
		80.000	100.000	120.000	140.000	160.000	180.000	200.000		
Águas do Norte, S.A.		80.000	100.000	120.000	140.000	160.000	180.000	200.000	Total	
Lote 5	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira			2					2	Pneus mistos (2 un.)
AdN Total		0	0	2	0	0	0	0	2	
Águas do Centro Litoral, S.A.		80.000	100.000	120.000	140.000	160.000	180.000	200.000	Total	
Lote 5	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira	2		1		1			4	Pneus mistos (4 un.)
Lote 6	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica		1						1	Caixa metálica com hardtop em fibra de vidro com janelas laterais e traseira, de abrir para fora, proteção da caixa de carga em poliureia projetada e pneus mistos
AdCL Total		2	1	1	0	1	0	0	5	
EPAL - Empresa Portutuguesa das Águas Livres, S.A.		80.000	100.000	120.000	140.000	160.000	180.000	200.000	Total	
Lote 1	Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica				1				1	Pneus mistos Caixa fechada com hardtop em fibra de vidro, sem janelas laterais e traseira, de abrir para fora
Lote 3	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Madeira		2	1	7	1	1	6	18	Pneus mistos (18 un.) Gancho/suporte de reboque com bola + grampo (3 un.): * 1 un - 100.000 km * 2 un - 200.000 km
Lote 4	Pick-up 4x4 e Cabine Dupla - Caixa Metálica				2				2	Pneus mistos (2 un.) Caixa fechada com hardtop em fibra de vidro, sem janelas laterais e traseira, de abrir para fora (2 un.)
Lote 7	Pick-up 4x4 e Cabine Simples - Caixa Madeira					1			1	Pneus mistos Gancho/suporte de reboque com bola + grampo
EPAL Total		0	2	1	10	2	1	6	22	

2025_044CP - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS OPERACIONAIS DA TIPOLOGIA «PICK-UP» E SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

Águas do Tejo Atlântico, S.A.		80.000	100.000	120.000	140.000	160.000	180.000	200.000	Total	
Lote 2	Pick-up 4x2 e Cabine Dupla - Caixa Metálica		1						1	Pneus mistos Caixa metálica, proteção da caixa de carga em poliureia projetada
Lote 3	Pick-up 4x2 e Cabine Simples - Caixa Metálica	1							1	Pneus mistos Caixa metálica, proteção da caixa de carga em poliureia projetada
AdTA Total		1	1	0	0	0	0	0	2	
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.		80.000	100.000	120.000	140.000	160.000	180.000	200.000	Total	
Lote 7	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Metálica		1						1	Pneus mistos
SIMARSUL Total		0	1	0	0	0	0	0	1	
AgdA - Águas Pública do Alentejo, S.A.		80.000	100.000	120.000	140.000	160.000	180.000	200.000	Total	
Lote 6	Pick-up 4x4 e Cabine Extra - Caixa Madeira					16		15	31	Pneus mistos (31 un.) Gancho/suporte de reboque com bola + grampo - 7 unidades de 200.000 quilómetros
AgdATotal		0	0	0	0	16	0	15	31	
TOTAIS GERAIS		3	5	4	10	19	1	21	63	